



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 21/2015

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 09 de dezembro de 2015*

----- Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara interveio para informar da necessidade de inclusão do seguinte ponto “**CONCURSO PÚBLICO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS – TRIÉNIO 2016-2019 CP 01/2015**”, na ordem de trabalhos, dado que carece de rápida resolução. -----

----- O vereador José Pereira interveio para solicitar esclarecimentos sobre o assunto, tendo o presidente usado da palavra para solicitar à colaboração do Chefe de Divisão, Dr. José Pires, para esclarecimentos adicionais. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires usou da palavra para esclarecer que após a abertura de concurso público foram apresentadas duas propostas, em que o valor apresentado foi superior ao valor base, tendo as mesmas ficado excluídas, e como tal existe a necessidade de recorrer a novo procedimento. –

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, incluir o referido ponto, na ordem de trabalhos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), no que respeita às Edificações já foi endereçado à Edilidade, tendo o presidente usado da palavra para responder positivamente. De seguida foi entregue cópia do documento. --

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ Queria agradecer ao sr. presidente da Câmara a entrega do relatório, relativamente ao rastreio do primeiro semestre da unidade móvel, ao fim de dois meses, ainda chegou a tempo, vamos ver em relação ao segundo semestre, quanto tempo é que levará mais, outra coisa que também queria dizer relativamente ao convite, eu quero agradecer o convite endereçado, só que queria chamar aqui a atenção do senhor presidente, para o prazo dado, para levantamento dos cabazes”. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que a modalidade no presente ano para levantar os cabazes foi uma sugestão do Centro de Apoio aos Trabalhadores (CAT), uma vez que no passado, existiram alguns constrangimentos. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio novamente para solicitar esclarecimentos sobre os valores apresentados, no âmbito das adjudicações, nomeadamente à Empresa Milsul – Máquinas Industriais e Eletrodomésticos, Lda e Faroequipa - Equipamentos Hoteleiros, Lda, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para solicitar igualmente sobre a Ergocare – Produtos Ergonómicos e Ajudas Técnicas, Lda. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para explicar que as adjudicações em questão prendem-se com a abertura de três concursos distintos, nomeadamente com o mobiliário, e equipamentos de cozinha e lavandaria, para o Lar de Martim Longo. -----

A

----- O vereador José Pereira interveio para questionar a quem foi adjudicada a Empreitada do Parque de Merendas de Vaqueiros, no montante de € 7.900,00, tendo o presidente usado da palavra para informar que empreiteiro foi o sr. Carlos Teixeira. O vereador continuou a sua intervenção relembrando que a referida empreitada, foi no âmbito do Orçamento Participativo de 2015 e incluída em orçamento, porém, só será realizada em 2016, tendo em conta a data da sua adjudicação (3.12.2015). O vereador Paulo Paulino interveio para informar que é intenção da Câmara Municipal que seja realizada ainda no presente ano. O vereador José Pereira deu nota de seguida que o assunto em questão demonstra a “seriedade do orçamento”, uma vez que a obra era para ser realizada em 2015, e irá realizar-se no próximo ano. Findou referindo em relação aos orçamentos considera que “está para aparecer o primeiro, seja ele do PS, PSD, CDU, do que seja, ao fim ao cabo, sério, em termos de execução”.

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para questionar o balanço/feedback do Festival Gastronómico, cujo término foi no passado dia 08 de dezembro, “uma vez que continuou a verificar o fecho dos restaurantes, durante o fim de semana”, bem como mencionar que teve conhecimento do encerramento da Associação Alcance, e como tal questiona “o que foi feito” por parte do executivo permanente. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar, no que concerne ao Festival Gastronómico, que “fica um pouco aborrecido” quando vê o trabalho do município a nível de promoção do concelho e divulgação das suas potencialidades, a não ser correspondido da forma como “gostaríamos”. Considerou de seguida que o trabalho realizado é bastante importante, “mesmo que se corram riscos, e por ser um apoio forte, que se dá de forma indireta”. Deu nota ainda da reportagem divulgada, no âmbito do referido festival, e que em muito engradeceu o nosso concelho. Quanto ao encerramento dos restaurantes referiu que é uma questão “antiga e enraizada nas pessoas”, e como tal é intenção do executivo inverter esse problema, “não se deixando vencer pelo desânimo”. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para proferir o seguinte discurso que se passa a transcrever: “Eu quero dizer que concordo plenamente consigo, mas também lhe quero dizer uma coisa, pode ser que agora você dê o

3 

valor ao que se passava antes, quando as pessoas de facto faziam tudo o que podiam pelo concelho, e vocês sempre criticaram, agora sentem na pele que de facto que as coisas não eram bem assim, e acho bem sintam na pele, que é para dar mais valor. Porque tanto o senhor como o executivo anterior, de certeza que saem os dois daqui com consciência que fizeram tudo melhor pelo concelho e para o concelho, mas isso nunca foi visto assim da vossa parte, o que eu lamento, mas o mundo dá muitas voltas e agora chegou a vossa vez, e gostava quer me respondesse sobre a Associação Alcance. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que é da opinião que todas as iniciativas tomadas por parte dos executivos “que aqui passam” são sempre no sentido de garantir e criar expectativas nas pessoas e de promoção do concelho de Alcoutim. Continuou referindo que compreende o presidente, quando o mesmo refere o “não reconhecimento do trabalho” por parte da Edilidade, aquando da realização de iniciativas, porém, considera que “os senhores estão a sentir na pele aquilo que nós sentíamos”, tendo de seguida lembrado a realização da I edição da *Baja Terras de Alcoutim* em que a Autarquia envidou esforços, no sentido de promover várias reuniões com os comerciantes, responsáveis da restauração e hotelaria, de modo a que tudo corresse na perfeição. Ainda referiu que é “inglório”, no que concerne ao encerramento dos restaurantes, que não haja esse reconhecimento por parte dos responsáveis, “uma vez que se tenta fazer o máximo para promover o concelho, em certo sentido, mas por outro parece que se está a enganar os visitantes”, e como tal considera que a Edilidade deverá ter em atenção esse assunto, para que futuramente os responsáveis da restauração tenham consciência de que a adesão deverá ser feita com responsabilidade. Findou referindo que o executivo permanente “agora sabe dar valor ao trabalho que se fazia anteriormente, porque existe esse reconhecimento”, todavia “foram muito críticos em relação a assuntos desse nível”. -----

----- O presidente usou da palavra para salientar que não tem conhecimento do encerramento da Associação Alcance mas sim que mesma se encontra numa fase complicada, tendo já envidando esforços no sentido de encontrar uma solução para os apoiar. Deu nota ainda que a Associação Terras do Baixo Guadiana também se encontra com dificuldades, devido ao facto dos montantes

disponíveis na DLBC – Estratégias para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária terem diminuído, e como tal espera encontrar soluções de modo a manter as Associações de Desenvolvimento local “vivas e ativas”. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup> Dalila Barros interveio para aludir que o presidente deveria estar melhor informado da situação, uma vez que tem conhecimento que a referida Associação já não possui qualquer colaborador, tendo o presidente usado da palavra para salientar que tem apenas conhecimento que a Alcance se encontra com problemas financeiros. -----

-----O vereador Paulo Paulino ainda no âmbito do Festival Gastronómico e no seguimento de intervenções anteriores interveio para mencionar que a Edilidade promove a referida iniciativa através de publicidade (flyres, outdoor's, etc), onde se encontra referido os dias de encerramento dos restaurantes. Deu nota ainda que também considera “inglório” o não reconhecimento “por vezes” das entidades exteriores, porém, acha que “vale a pena” o esforço envidado, devido ao feedback demonstrado por alguns operadores da restauração. Finalizou frisando igualmente que a reportagem da TVI causou grande impacto, contudo, tardia por causa dos atentados em França, bem como salientar que a Câmara Municipal continuará apostar na gastronomia regional, apesar de existir outro tipo de ofertas (febras, etc) no dia-a-dia, e nesse sentido considera que não devemos “baixar os braços”, devido a obstáculos/bloqueios que surjam”. -----

-----O presidente interveio para reforçar que o concelho de Alcoutim tem excelentes condições para oferecer uma boa gastronomia, dando como exemplo a refeição servida, no ano transato aos membros da AMAL, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para referir que “ninguém está contra” o Festival Gastronómico, porém, considera que os operadores da restauração deveriam oferecer igualmente, fora da iniciativa, os mesmos pratos. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que o trabalho da Autarquia, na promoção que é feita “é precisamente incutir nas pessoas” que o trabalho desenvolvido poderá funcionar como um “arranque nos dias seguintes”, todavia, considera que depende do espírito empresarial de cada pessoa. Findou salientando que a promoção que é feita através da Edilidade serve de alavanca para os operadores da restauração desenvolverem o negócio.-



----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que “não deve existir só boa vontade”, mas um trabalho contínuo, onde deverá existir a chamada de atenção para os incumpridores, “porque não é só dar o nome para constar no folheto e agradar o presidente e vereadores”. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para referir que visualizou a reportagem na TVI, e que tem pena de não haver qualquer reconhecimento e/ou agradecimento por parte das pessoas envolvidas, dando como exemplo a realização da Feira de Artesanato, bem como a iniciativa do anterior presidente, Dr. Francisco Amaral, no início do seu mandato, ao convidar os responsáveis dos restaurantes, para uma visita a um restaurante alentejano de “renome”. ---

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar, no que concerne à Associação Alcance que deverá existir uma preocupação acrescida por parte do executivo permanente, dado que a mesma como Associação de desenvolvimento local tem uma grande importância para Alcoutim, nomeadamente na obtenção de fundos comunitários. -----

#### ----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º235) respeitante ao dia 07 de dezembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.256.805,27; -----

----- Operações Orçamentais - € 958.564,81; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 290.828,31 -----

----- O presidente deu ainda conhecimento do despacho exarado, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), no que concerne à proposta de Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do concelho de Alcoutim, apresentada pela Câmara Municipal de Alcoutim, e a qual mereceu as seguintes deliberações da CNREN de 19 de março (favorável, condicionado a aspetos técnicos) e de 4 de maio (favorável) de 2015. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor

A

presidente pôs à discussão a Ata n.º 20/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção da vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros, por não estar presente na referida reunião, aprovar a referida Ata. -----


----- **PROJETO DE LOTEAMENTO NA ALDEIA DE MARTIM LONGO JUNTO À 2.ª FASE DA AVENIDA DE ACESSO À EBI - Apreciação:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar a proposta da operação de loteamento, bem como o projeto tipo de moradia para os lotes 15 e 26. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROJETO DE EXECUÇÃO DA 2.ª FASE DA AVENIDA DE MARTIM LONGO E ARRANJO PAISAGÍSTICO DA SUA ENVOLVENTE - Aprovação:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o projeto de execução da 2.ª Fase da Avenida de Martim Longo e Arranjo Paisagístico da sua envolvente, correspondente ao TOMO II – 2.ª Fase da Avenida de Martim Longo, TOMO III – Zonas Envolventes e TOMO IV – Reforço da Rede de Abastecimento de Águas, nos termos do parecer da Divisão de Obras Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamento, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA DE REVISÃO DO ZONAMENTO (ARTIGO 62.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS** Foi presente uma proposta do sr. Vice - presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para



os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aceitar o coeficiente de localização alcançado através de consenso com o perito local para o loteamento industrial. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que o proposto “não vai de encontro com o que pretendíamos”, pelas razões apresentadas, no entanto, questiona o porquê de não ter sido realizada uma reunião, antes da anterior proposta? -----

----- O presidente usou da palavra para esclarecer que existe uma Comissão composta por um representante designado pela Repartição de Finanças e outro pela Edilidade, e que o assunto “sempre foi elaborado assim nos últimos anos”, tendo o vereador José Pereira usado da palavra novamente para questionar o porquê da não realização da reunião, anteriormente, à elaboração da primeira proposta, dado que “todos votamos a favor, todos concordamos com aquilo, que era uma diminuição, mas dá a ideia, passa a ideia, que não fizemos o trabalho de casa, estou a falar de nós, não estou a falar vocês”. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mencionar que não temos obrigação de possuir “especialistas” na área, porém, considera o trabalho executado positivo. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para frisar que “não digo que o senhor saiba fazer ou eu tenha que saber fazer”, no entanto, é da opinião que a reunião deveria ter sido promovida antes da elaboração da proposta, e como base nas explicações que existiam. Finalizou referindo que os “nossos” técnicos elaboraram uma proposta em que “diziam uma certa coisa” e nós aqui em reunião de Câmara deliberamos outra. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para esclarecer que os prazos para aprovação do assunto em discussão, em anos anteriores eram mais dilatados, e “agora vai ser de três em três anos”, bem como mencionar que a partir do momento em que as finanças remeteram o documento para a Autarquia, nomeadamente à DOPGU é que existiu um estudo exaustivo, por forma a estabelecer comparações “daquilo que existia no exterior e aquilo que tínhamos”. Findou frisando que o processo tem que ser presente à aprovação da órgão executivo, e que se encontra satisfeito com o resultado final. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar “lá está o



R

senhor, acha que nós não estamos contentes”. Continuou referindo que o que está e causa é como o processo foi conduzido, e que o executivo permanente está constantemente “a passar a ideia de aquilo que se consegue, os vereadores opositores não concordam”, no entanto, estamos de acordo. -----

----- O presidente interveio para explicar que os “timings” é que obrigaram a que o processo fosse conduzido dessa forma, dado que “tínhamos que deliberar” o assunto em questão até 30 de outubro, e como tal foi essa a razão para não ser promovida a reunião antes da elaboração da primeira proposta. --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA – Nomeação de um vereador em regime de não permanência e de um representante da Assembleia Municipal:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o preconizado na alínea b) do ponto 1 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia o Município de Alcoutim que seja nomeado um vereador em regime de não permanência para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, bem como remeter para a Assembleia Municipal a presente proposta, para designação de um representante daquele órgão para integrar a comissão, de acordo com a alínea f) do ponto 1 do artigo 6.º do regulamento.--

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, designar o vereador em regime de não permanência, a Dr<sup>a</sup>. Dalila Manuela da Costa Barros, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia. -----

----- **REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – ALTERAÇÃO – Resultados do Período de Consulta Pública:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o conteúdo do projeto de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Alcoutim , com as retificações

introduzidas no âmbito da consulta pública, bem como remeter para a Assembleia Municipal o projeto de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Alcoutim para aprovação. ---

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **REGULAMENTO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – ALTERAÇÃO**

**– Resultados do Período de Consulta Pública:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o conteúdo do projeto de alteração do Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Alcoutim, com as retificações introduzidas no âmbito da consulta pública, bem como remeter para a Assembleia Municipal o projeto de alteração do Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Alcoutim para aprovação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA VRSA – ISENÇÃO DE**

**TAXAS MUNICIPAIS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e outras Receitas, reconheça a concessão da isenção da taxa requerida pela Casa do Sport Lisboa e Benfica de Vila Real de Santo António, para a atividade “2.º Passeio entre Amigos de Cicloturismo” a realizar no dia 06 de março de 2016. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que em sua opinião existe um contrassenso entre as Associações locais e as outras, uma vez que existiu uma proposta do presidente “para a não isenção das taxas de ruído, em relação às Associações locais, e que fosse subsidiadas pela Edilidade”, e nesse sentido considera que “devemos tomar sempre a mesma medida”, para que não

exista injustiça/diferença entre entidades. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para corroborar "em parte" com a intervenção anterior, porém, após a análise do assunto verificou-se que a atividade da Casa do Sport Lisboa e Benfica de VRSA poderia gerar algumas receitas e "movimento", a nível de restauração e divulgação do concelho. Sugeriu ainda, que houvesse uma "proposta geral" no início do ano, para aprovação da isenção a todos os clubes e associações do concelho. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que não é contra "estas Associações", porque o concelho necessita que as mesmas realizem atividades/iniciativas, no entanto, considera que é injusto que haja tratamento diferenciado, uma vez que "todos temos conhecimento" das dificuldades financeiras que as mesmas se deparam. -----

----- O presidente interveio para mencionar que tendo em conta que a referida entidade não solicitou "mais nenhum apoio", considera que devemos isenta-los do pagamento da taxa. -----

----- O vereador José Pereira interveio para relembrar que "não estamos contra o apoio, mas sim contra a diferença de atitude". -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CENTRO PAROQUIAL DE VAQUEIROS – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e outras Receitas, reconheça a concessão da isenção da taxa requerida pelo Centro Paroquial de Vaqueiros, no que concerne à inspeção periódica do elevador da referida instituição. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA – PROC. 08/2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo

R

parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 745,08 (setecentos e quarenta e cinco euros e oito cêntimos) à sr.ª Daniela Sofia da Rocha Rodrigues, para fazer face a despesas com medicação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CMA – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 16.450,00 (dezasseis mil quatrocentos e cinquenta euros) ao Centro de Apoio aos Trabalhadores da CM de Alcoutim, para fazer face a despesas com a aquisição das prendas de Natal para os filhos dos colaboradores e respetivo jantar do agregado familiar. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALCOUTIM – PROJETO DE INTERCÂMBIO ESCOLAR/ALCOUTIM/BLAIN – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 4.000,00 (quatro mil euros) ao Agrupamento de Escolas do concelho de Alcoutim, para fazer face a despesas com o projeto de intercâmbio, a realizar no período de 06 a 13 de fevereiro de 2016. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de € 123,00 (cento e vinte e três euros) à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face a despesas com colocação da UPS, no monte de Bentos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face a despesas com o Programa de Saúde Oral . -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de € 3.151,26 (três mil cento e cinquenta e um euros e vinte e seis

cêntimos), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face às despesas do subsídio de alimentação, dos beneficiários do CEI +. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para questionar o porquê de só ser presente hoje (9/12) o pedido de subsídio da Santa Casa da Misericórdia (SCM), uma vez que se encontra datado de 1 de outubro, e o período referenciado de 1/10/2014 a 30/09/2015, bem como o ponto de situação do sr. Eduardo Mendes, dado que tem conhecimento que o mesmo se encontra desempregado. -----

----- O presidente usou da palavra para esclarecer que o provedor da SCM não solicitou antes o subsídio, dado que “provavelmente teria condições para resolver os problemas, e queria fazer um acerto de contas”. Quanto à situação do sr. Eduardo Mendes tem conhecimento que já se encontra aprovada nova candidatura para a sua reintegração. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se os colaboradores que estavam integrados no referido programa, já não se encontram a trabalhar, tendo o presidente usado da palavra para esclarecer que o programa teve o seu término no mês de outubro, todavia, foram providenciadas novas candidaturas, que não foram aprovadas inicialmente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, porém, o assunto já se encontra solucionado e a reintegração acontecerá no início do ano. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ACORDO DE UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIO - Ratificação:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo, deliberar ratificar o Acordo de Utilização de Edifício, de cuja data de assinatura consta 25 de novembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

R

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE MARTIM LONGO - 2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo, e com base na mesma disposição legal, atribuir ao Centro de Desenvolvimento Cultural e Social de Martim Longo, o valor de € 30.000,00 (trinta mil euros), para fazer face ao contemplado no n.º 1 da Cláusula Terceira do referido protocolo. -----

----- O presidente ausentou-se da Sala, não participando na discussão e votação deste ponto, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que “congratula-se” com a solução encontrada, dado que o assunto foi presente em várias reuniões e “muitas vezes levantado por si”, e por ter conhecimento das dificuldades que o Centro Infantil de Martim Longo se encontra, bem como da importância daquela instituição para com as famílias das freguesias de Martim Longo e Vaqueiros. Continuou referindo que considerava “injusto e nada correto que a Câmara Municipal nada fizesse-se no sentido de apoiar a instituição”, independentemente da importância das restantes Associações do concelho (desportivas, culturais, recreativas e de âmbito de Ação Social). Findou referindo que “se no passado tivessem ocorrido estas dificuldades, eu era a primeira pessoa a dar a cara por este tipo de instituições, portanto, congratulo-me com a solução encontrada”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A MOVIJOVEM – MOBILIDADE JUVENIL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara

R

Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo, e com base na mesma disposição legal, atribuir à Movijovem – Mobilidade Juvenil, o valor de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), conforme cláusula segunda do referido protocolo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ODIANA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BAIXO GUADIANA – Quota Extraordinária:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 33 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a quota extraordinária de € 12.000,00 (doze mil euros), bem como que a referida quota seja paga em duas tranches, uma de € 6.000,00 (seis mil euros) em 2015, e a segunda, no valor restante, em 2016. --

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO – Retificação:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar a retificação do Contrato Interadministrativo, bem como submeter à Assembleia Municipal para consequente autorização, em cumprimento com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar se protocolo assinado, no transato dia 04 de maio “não teria” uma vigência de 1 (um) ano,



tendo o presidente usado da palavra para solicitar a colaboração do Chefe de Divisão, Dr. José Pires, para prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- O Chefe de Divisão interveio para esclarecer que os contratos interadministrativos elaborados com as juntas de freguesia tem a vigência da duração de um mandato, sendo anualmente definido o valor a atribuir, tendo a vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usado da palavra para questionar o porquê de não existir a devida cabimentação para 2016. O Chefe de Divisão continuou a sua intervenção explicando que o Orçamento para 2016 já foi presente a reunião de Câmara, e como o montante contratualizado nos referidos contratos interadministrativos é um valor superior ao que consta no referido documento (€ 120.000,00), é necessário proceder à retificação dos valores, dado que “não existiria” dotação orçamental para os mesmos, no dia 01 de janeiro. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar porque é que o assunto não é presente na primeira reunião do executivo, ao qual foi esclarecido que no dia 01 de janeiro, não se realizará qualquer reunião. O vereador continuou a sua intervenção questionando se o assunto “carece assim de tanta urgência”, uma vez que as Juntas de Freguesia receberam verbas, no mês de maio. -----

----- O Chefe de Divisão interveio novamente para mencionar que o orçamento entra em vigor no dia 01 de janeiro, e como os contratos interadministrativos são contínuos e vigentes durante o mandato, ficariam sem dotação orçamental, se não ocorresse a referida retificação. Informou ainda que o respetivo processo terá que ser presente a reunião da Assembleia Municipal.

----- O vereador José Pereira usou da palavra para questionar igualmente a razão da diminuição do valor a atribuir às Juntas de Freguesia, dado que as estadas e arruamentos “são os mesmos”. -----

----- O presidente interveio para esclarecer que o executivo permanente “quer este ano, quer no ano passado” encontra-se preocupado com as dificuldades sentidas pelas referidas entidades, e que em reuniões tidas com os presidentes de Junta de Freguesia concluiu-se que a verba poderia diminuir tendo em conta o melhor apetrechamento de equipamentos. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para recapitular que a sua questão prende-se com a diminuição drástica de valores, e como foram

estipulados os valores apresentados, tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para esclarecer que a diminuição prende-se com uma redefinição de Km's, bem como com a experiência e conhecimento do manobrador de máquinas, e que os montantes apresentados, no passado, tiveram como base uma previsão de 1,5 Km/hora, e no momento, a 2 Km/hora. -----

O vereador José Pereira continuou a sua intervenção aludindo para a diferença existente de valores, na ordem de € 30.000,00 (aproximadamente), e que é da opinião que “no passado alguém fez mal as contas, ou então fomos todos enganados pelas juntas de freguesia, sinto-me enganado”. Findou solicitando nova justificação, uma vez que não concorda com os argumentos apresentados.

----- O vereador Paulo Paulino interveio para informar que a limpeza da Estrada Regional 124, no ano de 2016 não será executada pela União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para alertar que no ano passado, conforme mapas distribuídos, a limpeza da referida estrada, também não estava contemplada, e o valor era mais avultado. -----

----- O vereador José Galrito interveio para mencionar que existiu uma “melhor” negociação com as Juntas de Freguesia, “onde se conseguiu fazer um encontro de contas mais baixo”, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para mencionar que o que está em causa é a diferença existente no valor atribuído a uma Junta de Freguesia, nomeadamente de € 30.000,00, e é nesse sentido que não corrobora com a argumentação apresentada. Findou proferindo o seguinte discurso: “O que está aqui é um atropelo aos números, que os senhores não conseguem justificar, e tanto me dá a mim que lhe parece mal que lhe parece bem, que eu não aceito é que no ano passado se tenha atribuído 150.000,00 €, e neste ano baixe para € 120.000,00, isto falando em números redondos, sem os senhores conseguirem justificar, aceito sim senhora que tenham reduzido as despesas, com isto, agora que os senhores não o consigam justificar, e o justifique com o injustificável, isso eu não aceito”.-----

----- O presidente usou da palavra para informar que o assunto em questão vem no seguimento de várias reuniões com os presidentes das Juntas de Freguesias, em que existiu uma negociação direta com os mesmos. Findou

informando que o orçamento para 2016 é mais reduzido, e como tal houve a diminuição de verbas em algumas áreas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- Apresentaram a seguinte declaração de voto: “ O que está aqui é um atropelo aos números, que não conseguem justificar, porque não aceitamos que o ano passado tenha-se atribuído € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) aproximadamente, e este ano diminuam para € 120.000,00 (cento e vinte mil euros). Aceitamos que tenham reduzido as despesas, no entanto, não aceitamos a justificação apresentada, porque os srs acabaram de justificar o injustificável”. -----

----- **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE GIÕES –**

**Retificação:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar a retificação do Contrato Interadministrativo, bem como submeter à Assembleia Municipal para consequente autorização, em cumprimento com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- Apresentaram a seguinte declaração de voto: “ O que está aqui é um atropelo aos números, que não conseguem justificar, porque não aceitamos que o ano passado tenha-se atribuído € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) aproximadamente, e este ano diminuam para € 120.000,00 (cento e vinte mil euros). Aceitamos que tenham reduzido as despesas, no entanto, não aceitamos a justificação apresentada, porque os srs acabaram de justificar o injustificável”. -----



R

-----  
**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE MARTIM**

**LONGO – Retificação:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar a retificação do Contrato Interadministrativo, bem como submeter à Assembleia Municipal para consequente autorização, em cumprimento com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Drª. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- Apresentaram a seguinte declaração de voto: “ O que está aqui é um atropelo aos números, que não conseguem justificar, porque não aceitamos que o ano passado tenha-se atribuído € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) aproximadamente, e este ano diminuam para € 120.000,00 (cento e vinte mil euros). Aceitamos que tenham reduzido as despesas, no entanto, não aceitamos a justificação apresentada, porque os srs acabaram de justificar o injustificável”. -----

-----  
**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO E A FREGUESIA DE**

**VAQUEIROS – Retificação:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar a retificação do Contrato Interadministrativo, bem como submeter à Assembleia Municipal para consequente autorização, em cumprimento com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º conjugado com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

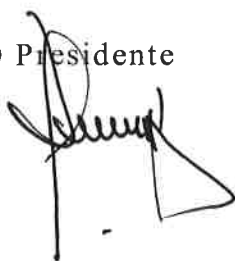
----- Apresentaram a seguinte declaração de voto: “ O que está aqui é um atropelo aos números, que não conseguem justificar, porque não aceitamos que o ano passado tenha-se atribuído € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) aproximadamente, e este ano diminuam para € 120.000,00 (cento e vinte mil euros). Aceitamos que tenham reduzido as despesas, no entanto, não aceitamos a justificação apresentada, porque os srs acabaram de justificar o injustificável”. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 09 de dezembro de 2015, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

